

TCU incentiva a certificação profissional

Há quatro anos, o Tribunal de Contas da União (TCU) incentiva a certificação profissional dos seus servidores por meio de processos seletivos para reembolso de despesas. Até 2015, o TCU reembolsou os custos de 48 servidores que obtiveram certificação profissional. As áreas abrangidas nessas certificações foram: auditoria, tecnologia da informação (TI) e gestão de projetos, bem como gestão de processos.

Desde a criação do programa de incentivo, o orçamento anual médio disponível para reembolso desses custos foi de cerca de R\$ 190 mil. Esse reembolso destina-se ao custeio de até 100% do valor total despendido com inscrição para realização de prova ou para renovação da certificação, material didático e custeio de curso preparatório, quando houver.

Atualmente, há um projeto para promover ações para estruturar o Tribunal como entidade certificadora de profissionais em auditoria, atuando em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)

e padrões internacionais. Foram construídos alguns cenários nos quais estão sendo feitas análises a serem submetidas à Comissão de Coordenação Geral (CCG).

As ações referentes a esse projeto são consideradas prioritárias para o TCU e estão previstas para serem concluídas até dezembro de 2016. O projeto está sob a responsabilidade do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), tem como unidades colaboradoras a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep), Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec) e Secretaria de Relações Internacionais (Serint) e está sendo coordenado pelo especialista sênior André Jacintho dos Santos, lotado no ISC. A definição e validação das competências básicas de auditoria a serem certificadas serão feitas a partir do modelo de competências definido pela Segep.

O tema certificação também é destaque na Intosai. Para explorar

essa questão, foi criado um grupo de trabalho internacional que observou a enorme importância e necessidade de desenvolvimento profissional por meio de certificação, já que não há ainda uma certificação que aborde as necessidades específicas de auditoria do setor público.

Esse grupo de trabalho defende alguns princípios fundamentais a serem seguidos para que as certificações estejam alinhadas aos interesses das Entidades Fiscalizadoras Superiores. Dentre esses princípios, estão o de que a certificação deve ser baseada nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Issai), deve ser inclusiva, preveja uma manutenção periódica e seja consistente com um núcleo adaptável. Outros princípios relacionados à certificação dizem respeito ao fato de que ela proporcione uma escada de aprendizagem, tenha uma abordagem modular, crie parcerias e seja sustentável.

